

Bancos credores renovam créditos de curto prazo

Brasília — Todos os bancos credores do Brasil decidiram renovar os acordos para financiamento das linhas de curto prazo, que expiravam ontem, por períodos que variam entre 30 e 180 dias. As 19h, o ministro da Fazenda, Dílson Funaro, reuniu a imprensa em seu gabinete para anunciar o que chamou de “uma boa notícia”, — a renovação dos créditos.

Estas linhas de curto prazo somam 15 bilhões de dólares e são utilizadas em financiamentos interbancários — dos bancos estrangeiros, aos brasileiros, com agência no exterior — e para a comercialização entre o Brasil e o exterior. Estes créditos são renovados automaticamente mas, ontem, vencia o prazo dos acordos para esta renovação e havia receio de que eles não seriam prorrogados em consequência da suspensão dos pagamentos da dívida externa.

— Esta decisão demonstra um consenso e a compreensão dos credores, numa manifestação de que a negociação tende a se normalizar — explicou, sorridente, o ministro.

Funaro não sabia ainda quantos, dos 180 credores deste tipo de financiamento, renovaram os créditos por um prazo superior a 30 dias. Segundo ele, o importante é que houve consenso e a renovação será mantida até a discussão sobre o plano de crescimento por quatro anos, que será apresentado aos credores.

O ministro viaja segunda-feira à noite para Washington, onde vai participar da reunião do Comitê do Fundo Monetário Internacional e prosseguir a renegociação da dívida externa. Neste encontro, deverá apresentar o plano brasileiro, que prevê um superavit anual da balança comercial de 8 bilhões de dólares durante quatro anos e um financiamento externo estimado em 4 bilhões de dólares anuais.

Mesmo atribuindo a decisão dos credores, pelo menos em parte, ao telex enviado por ele no último sábado, Funaro negou que tenha mencionado medidas para conter a demanda interna, em 87. Segundo ele, o comunicado dizia apenas que, em 86, houve um consumo interno excessivo, mas as medidas já adotadas, como o Cruzado II — pelo qual o ministro assumiu a responsabilidade, publicamente, ontem — foram suficientes para reduzir este excesso. No mesmo telex, de acordo com o ministro, o governo brasileiro falava das propostas adotadas para recuperar o saldo da balança comercial, que deverá voltar ao equilíbrio, chegando aos 8 bilhões de dólares anuais.

Para atingir este objetivo, o governo brasileiro criou incentivos às exportações, anunciados segunda-feira, na reunião do Conselho Nacional de Comércio Exterior (Concex). O ministro explicou que o objetivo de permitir importações sem cobertura cambial — com dólares do câmbio negro ou depositados no exterior — é levar à repatriação de capital. As empresas poderão adquirir material no exterior sem necessidade de explicar de onde saíram os dólares e com a redução de 25% do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), de acordo com as guias de importação, liberadas pela Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (Cacex). Desta forma, a cotação da moeda americana no câmbio oficial ficará bastante parecida com a do paralelo, estimulando o retorno de capital depositado no exterior.

O apoio do PMDB à sua política na área externa é apenas a confirmação das teses do partido, de acordo com Funaro. O ministro defendeu a retomada do pagamento dos compromissos externos, na medida em que o país recupere sua capacidade de gerar recursos, sem comprometer o crescimento. E concluiu a entrevista dizendo que considera muito importante que o PMDB estenda a discussão sobre a dívida externa para toda a sociedade, pois houve um distanciamento entre a população e governo, nos “anos de regime fechado e que agora deve ser recuperado”.

CNI

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), senador Albano Franco, enviou ontem ao presidente José Sarney um telex reafirmando o apoio da entidade “à vigorosa e madura posição assumida pelo governo na negociação da dívida externa” e anunciando o lançamento do movimento “não à recessão”, que deverá “empolgar o país”. A posição foi definida por todos os presidentes de federações de indústria no país, reunidos por Albano Franco em Campo Grande, na segunda-feira.

O empresário lembrou, em sua mensagem, que ontem foi o dia de vencimento de parte significativa dos débitos de curto prazo e que não havia “como negar a apreensão da indústria diante da possibilidade da redução das linhas de financiamento à exportação. Mas ressaltou ser importante “reafirmar a posição do empresariado industrial diante das pressões externas, na firme defesa da soberania nacional e dos reais interesses do povo”.